

Orçamento uno

O GOVERNO José Sarney decidiu enfrentar o desafio da unificação orçamentária, sabidamente um dos importantes compromissos assumidos pela Aliança Democrática. A parcela dos gastos públicos submetida ao Congresso — vale dizer, à sociedade — acabou se tornando irrelevante diante das proporções a que chegaram os três outros orçamentos: o monetário, o das estatais (hoje a grande dor de cabeça dos Ministros econômicos) e o da Previdência. Reveste-se assim de grande significado a decisão de consolidar num instrumento único a programação financeira governamental.

A CONSOLIDAÇÃO possibilita discutir-se globalmente as opções básicas das quais depende o curso futuro da administração federal e da própria Nação. É durante a elaboração orçamentária que se estabelecem os rumos a seguir. Por aí teremos a oportunidade de escolher entre a manutenção do processo estatizante, levado ao paroxismo nos últimos decênios, e a realização efetiva e consequente da abertura econômica.

A ORDENAÇÃO monolítica dos vários encargos da União evi-

denciará, por outro lado, as incompatibilidades que freqüentemente se apresentam na programação e na materialização dos seus vários objetivos.

POR EXEMPLO: se o País optar pela preservação dos subsídios remanescentes (ao trigo, ao açúcar, ao álcool, os juros favorecidos do financiamento das exportações), dificilmente terá condições de sustentar a política de preços mínimos para a agricultura, porque o Governo se obriga, nesse caso, a efetivar grandes compras durante as safras.

QUALQUER das direções a adotar conflita, por sua vez, com a simultânea permanência do déficit na execução orçamentária da Previdência Social ou a sobrevivência forçada de empresas estatais que dão prejuízos sistemáticos.

A QUESTÃO central refere-se portanto ao déficit público que vier a ser aceito no orçamento unificado. Não havendo disposição de reduzir drasticamente as despesas federais, a dívida pública continuará aumentando inevitavelmente, o que empurrará os juros para cima, isto é, na direção

contrária aos reclamos dos setores produtivos.

A DECISÃO do Presidente José Sarney no capítulo do orçamento vem com a marca real da mudança. Mesmo que o teor da proposta encaminhada ao Congresso não atenda a certas expectativas, pela primeira vez em muitos anos o Governo estará agindo às claras numa esfera crítica para todo um conjunto de questões fundamentais. A Nova República demonstra, de uma forma cuja materialidade ninguém poderá negar, o seu empenho em dividir responsabilidades com a representação política, compreendida no seu amplo universo partidário. Elimina-se uma prática autoritária exercida num ponto nuclear dos regimes democráticos, pois o orçamento submetido à sociedade pertence à história original e à base doutrinária do sistema representativo.

A MUDANÇA de 180 graus fica ainda dependendo, em todo caso, do correto aproveitamento dessa oportunidade. É preciso, com efeito, que, além de unificado, o orçamento da República espelhe fielmente a realidade nacional nos seus problemas e nas soluções compatíveis para o seu momento adverso.